

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES DE LÍNGUASAFONSO, Lília dos Anjos  
UFPB/PROLING/NEPEL<sup>1</sup>SOUSA, Socorro Claudia Tavares de  
(UFPB/DLCV/PROLING/NEPEL)<sup>2</sup>**RESUMO:**

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a contribuição do campo de Política e Planejamento Linguístico no contexto da formação de professores de línguas. De acordo com Throop (2007), os professores são se constituem apenas destinatários passivos de políticas linguísticas elaboradas por instituições governamentais, por exemplo. Eles podem estar inclusive, no planejamento destas políticas, bem como podem re(criar) estas políticas em sala de aula a fim de torná-la um espaço equitativo para o estudante. No entanto, para Shohamy (2006), a formação político-linguística ainda não se tornou parte da preparação profissional dos docentes. Neste trabalho, realizamos uma pesquisa de natureza teórica procurando responder a seguinte questão de pesquisa: qual a contribuição do campo de Política e Planejamento Linguístico na formação do professor de línguas? Para tanto, utilizamos aportes do campo de Política Linguística e de Formação Docente, tais como: Spolsky (2009, 2012), Paiva (2004) e Shohamy (2006), Throop (2007), Bastos (2010), dentre outros. A revisão de literatura realizada nos permite afirmar que a área de Política e Planejamento Linguístico pode contribuir: a) na escolha de que variedade(s) linguística(s) ensinar aos alunos e na construção de uma gestão democrática da(s) língua(s) e suas variedades em sala de aula; b) na construção de uma visão política sobre a atividade de ensinar línguas; c) na desconstrução de mitos sobre a(s) língua(s) e suas variedades de modo a evitar o preconceito linguístico, dentre outras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Linguística. Formação de Professores. Licenciatura em Letras.

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING-UFPB). Integrante do Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística – NEPEL.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING-UFPB), e do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV-UFPB) da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística – NEPEL.

## 1. Introdução

A explanação aqui exposta parte da escolha do tema a partir do qual desenvolveremos a pesquisa para a dissertação que será elaborada para o Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING-UFPB). Neste sentido, a temática enfatiza *a disciplina de Política e Planejamento Linguístico e a formação de professores de Língua Portuguesa*.

Os estudos envolvendo a área da Linguística Aplicada apresentam no contexto atual um amplo caminho de possibilidades de pesquisa, dado o seu caráter indisciplinar conforme destaca Moita Lopes (2009). Dentro dessa grande área se insere o campo da Política e Planejamento Linguístico (doravante PPL), na qual a proposição desta pesquisa está inserida. Os estudos no campo de PPL sempre estiveram presentes em compêndios de Linguística Aplicada, conforme destaca Menezes, Silva e Gomes (2009).

Por sua vez, para Bortoni-Ricardo (2008, p.10), a educação e, mais propriamente, o trabalho envolvendo as práticas de ensino-aprendizagem têm sido objeto de pesquisa sistemática. Ainda de acordo com essa autora, o docente pesquisador reflete sobre a sua própria prática, buscando reforçar e desenvolver aspectos positivos e superar as próprias deficiências. Para isso ele se mantém aberto a novas ideias e estratégias (BORTONI-RICARDO, 2008, p.46).

Throop (2007) em seu estudo lança algumas questões, dentre as quais: como podemos ajudar os professores a desenvolver novas maneiras de lidar com as exigências contraditórias que são colocadas sobre eles, ao apoiar e fomentar o seu compromisso de alcançar todos os alunos? O que é possível (e o que também não é, pois certamente a solução não está apenas na formação de professores) os programas de formação de professores fazerem para resolver essa e outras questões envolvendo o desenvolvimento dessa formação?

Através de tais questionamentos, encontramos uma problematização que

acreditamos ser necessária no tocante às pesquisas em PPL e, formulamos o problema de pesquisa que norteará o desenvolvimento deste trabalho, sobretudo, no que diz respeito ao contexto desta pesquisa no cenário nacional. Sendo assim, temos a seguinte questão norteadora principal da pesquisa: Quais as contribuições da disciplina de Política e Planejamento Linguístico no processo de formação de professores de Língua Portuguesa?

De forma a expandir este questionamento, outras questões específicas também constituem este planejamento inicial da pesquisa, tais como: A disciplina de Política e Planejamento Linguístico está presente no currículo dos cursos de licenciatura de língua portuguesa das universidades federais? Quais conteúdos programáticos são explorados nessas disciplinas? Os conteúdos favorecem a formação de professores de língua portuguesa? Tem reflexo nas aulas de português que estes docentes irão ministrar? De que modo os conteúdos estão articulados com o ensino de língua portuguesa?

Essas perguntas corroboram com a adoção de algumas hipóteses iniciais: a) Poucos cursos de licenciatura em Língua Portuguesa tem a disciplina de Política e Planejamento Linguístico no currículo; b) O processo de formação docente poderia usufruir das contribuições do componente disciplinar Política e Planejamento Linguístico de modo a processar mudanças significativas na sua atuação e conseqüentemente no ensino; c) Os estudos sobre as políticas linguísticas contribuirão para a formação de professores e para a melhoria da educação em língua materna; d) Os conhecimentos acerca de Política e Planejamento Linguístico advindos das pesquisas na área influenciam nas ações dos professores; e) A formação acadêmica do docente poderá interferir nas escolhas dos conhecimentos a serem desenvolvidos durante a sua atuação no ensino de língua materna.

Mediante as questões e hipóteses relacionadas, traçamos os seguintes objetivos: 1) Investigar as contribuições da disciplina de Política e Planejamento Linguístico no processo de formação de professores de Língua Portuguesa; 2) Observar em que medida a formação acadêmica dos professores de língua portuguesa na graduação, interfere nas escolhas dos conhecimentos linguísticos a serem desenvolvidos na sua atuação como

docente; 3) Verificar como os responsáveis pelo processo de formação de professores reconhecem a importância dos conhecimentos linguísticos, ampliam suas concepções e modificam sua agenda na formação de professores de língua portuguesa; 4) Observar as teorias linguísticas que tem influenciado os cursos de licenciatura de professores de língua portuguesa e contribuindo para a melhoria da educação em língua materna.

A ideia da pesquisa foi desenvolvida inicialmente conforme as reuniões realizadas no grupo de pesquisa NEPEL, trabalhos de iniciação científica e com base nos demais trabalhos e eventos que tinham como eixo de trabalho as discussões acerca da área de PPL. As leituras de textos e demais referenciais também ajudaram a encontrar a temática de pesquisa que pretendemos desenvolver para a dissertação. Outra motivação surge da necessidade de realização de um trabalho empírico para responder às lacunas presentes na literatura na área de Política e Planejamento Linguístico que versa sobre a necessidade deste campo estar inserido na formação de futuros docentes. Essa ideia partiu sobretudo a partir da leitura de dois trabalhos específicos, Shohamy (2006) e Throop (2007).

Partindo do contexto explanado desde a apresentação da pesquisa, das hipóteses e objetivos definidos, destacamos a importância de trabalhar com esta temática envolvendo a área de PPL no contexto da formação de professores, sobretudo, no que tange ao caráter social a ser proporcionado pelo estudo. Também acreditamos na importância em desenvolver uma pesquisa que tem potencial de inovação dentro do campo de Política e Planejamento Linguístico no país, contribuindo para os estudos em torno do processo de formação docente.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

O contexto da literatura que envolve a formação e professores é amplo e revela uma diversidade de textos que abordam a reflexão em torno das práticas docentes. No entanto, a inserção do campo de PPL no processo de formação no que diz respeito aos estudos desenvolvidos no Brasil necessita de maiores considerações. A pouca bibliografia

desenvolvida Brasil e em língua portuguesa, ressalta que a problematização em torno da formação dos professores de língua portuguesa não tem sido contemplada na perspectiva da PPL e por isso, a busca dos referenciais que inicialmente estão formatando a construção da pesquisa é geralmente em língua estrangeira.

No contexto nacional, temos alguns referenciais de destaque, como os recentes trabalhos organizados por Silva (2015) e Rocha (2015), sobretudo, destacam a PPL na formação do docente que atuará na área de línguas estrangeiras. Lembrando que a perspectiva do presente trabalho é a formação de professores de língua materna. Neste sentido, encontramos proximidade com o ensino de línguas em um contexto generalizado no trabalho de Correa (2009). Já no que diz respeito às considerações acerca do currículo e formação docente, de acordo com Paiva (2004), Bastos (2010) e Santos (2013).

Considerando os trabalhos de pesquisadores no contexto internacional, temos as contribuições de Fishman (2006) que vê a educação como instrumento de mobilidade social. No entanto, o papel do docente é reduzido ou simplificado. Já Hornberger (1994/2006) apresenta um quadro que sintetiza a política linguística e o letramento em um dado idioma. Envolve sobretudo, o contexto da situação de ensino e de como os professores podem agir mediante este contexto – que difere em casa local. Por sua vez, Ricento (2006) afirma que no domínio da educação a interação entre teoria e prática envolvendo políticas linguísticas é conflituosa. Em outro trabalho, Hornberger, Ricento (1996) destacam e defendem que os professores devem ter o reconhecimento enquanto agentes de políticas linguísticas.

Entretanto, os principais trabalhos que apresentam de forma ampla as motivações da importância do campo e da disciplina de PPL na formação docente estão especificamente nos livros *Language policy: hidden agendas and new approaches*, de Elana Shohamy (2006), *Negotiating language policies in schools: educators as policymakers*, de Kate Meken e Ofelia García (2010), e, o texto *Teachers as language policy planners: Incorporating language policy planning into teacher education and classroom practice*, publicado na *Working papers in educational linguistics*, de Rachel Throop (2007).

A afirmação de que é impossível para os professores não se envolver em ações de política e planejamento linguístico (THROOP, 2007, p. 50) estão desdobrados no trabalho apresentado pelas duas autoras, ressaltando, sobretudo, a) a consciência da importância do papel do docente dentro do processo formativo, envolvendo nesse sentido, o conhecimento da língua (na formação) e a prática (durante o trabalho); b) como o docente poderá encarar o fato de que chegará em uma sala em que uma língua ou variedade linguística é prestigiada detrimento de outra; c) o entendimento da legislação e as formas de inseri-la no contexto das agendas no que diz respeito ao espaço escolar de modo a encontrar o espaço necessário para (re) criar as políticas que melhor atendem seus alunos.

Observamos, portanto, alguns trabalhos que revelam a problematização em torno da formação docente no contexto nacional. No entanto, não temos estudos nacionais que enfoquem nessa formação, sobretudo, no que diz respeito à formação docente em língua materna, uma perspectiva da PPL, o que corrobora na necessidade da elaboração de estudos que investiguem esta temática, voltada para a formação de professores em um contexto local, ou seja, no Brasil.

### **NOÇÕES DE POLÍTICA LINGUÍSTICA**

Partindo da definição de Spolsky (2009, p. 01) de que “Política linguística é feita de escolhas”, sejam escolhas relacionadas a qual língua utilizar considerando um contexto bilíngue ou multilíngue, sejam escolhas relacionadas a qual variedade linguística ou variante utilizar considerando um contexto não plurilíngue, podemos afirmar que a política linguística sempre esteve presente na história da humanidade. Mas se considerarmos a “política linguística” como um campo acadêmico, sua criação é muito mais recente.

Para Spolsky (2009, 2012), há três componentes que constituem a política linguística que são: as práticas, as crenças e a gestão da língua. As práticas são as escolhas da língua que os membros de uma dada comunidade de fala realizam em seu dia a dia, ou

seja, são aquelas práticas realizadas, tais como: a escolha de uma variedade específica para realizar uma determinada função comunicativa, a escolha de uma variante linguística de acordo com o interlocutor, a escolha de que variedade usar para mostrar ou esconder uma identidade, dentre outras. Spolsky (2012) ainda informa que essas práticas representam a política linguística real de uma comunidade de fala.

O segundo componente está relacionado às crenças sobre a língua, também denominado por alguns de ideologia. As crenças representam os valores atribuídos às línguas, às variedades e às variantes linguísticas e ainda as crenças dos membros de uma comunidade sobre a importância desses valores. Como exemplo, Spolsky (2009) cita “O *status* de uma variante ou variedade deriva de quantas pessoas a usam e a importância de seus usuários, e os benefícios econômicos e sociais que um falante pode esperar usando-a.”. (SPOLSKY, 2009, p. 04)

Já o terceiro componente é geralmente chamado de “planejamento”, mas Spolsky (2009, 2012) prefere denominá-lo de “gestão” e é definido como todos os esforços realizados por alguém, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas ou as crenças dos participantes de um dado domínio social (família, escola, igreja...).

Estabelecendo um paralelo entre práticas, crenças e gestão, é possível aproximar tais acepções da PPL no que diz respeito ao contexto da formação e do ensino. Professores, alunos gestores, instituições e demais componentes da esfera educacional estão inseridos e tem seus respectivos papéis demarcados pelo planejamento de políticas voltadas para a educação. Estes papéis, sobretudo, dos docentes e sua prática de ensino que é pautado por *políticas* (elaboradas por gestores) a serem seguidas, *práticas* que muitas vezes são transformadas no contexto da sala de aula e crenças provenientes, sobretudo, pela sociedade.

No entanto, é necessário refletir sobre as políticas que delegam ao docente um caminho a seguir no contexto do ensino. Seria este caminho o correto? É possível ter uma agentividade diferenciada sem romper com os paradigmas impostos pelas políticas

curriculares já estabelecidas? É através destes questionamentos que observamos a necessidade de que as políticas linguísticas estejam na pauta curricular de formação docente, é necessário se apropriar do planejamento destas políticas que cerceiam o agir docente e o seu multifacetado papel no processo de formação.

### **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, CURRÍCULO E AÇÃO DOCENTE**

Levantamos alguns questionamentos na seção anterior, ao elencar as noções de Políticas Linguísticas e como estas políticas poderiam (podem) estar presentes no contexto das práticas docentes em sala de aula. No contexto da organização das políticas declaradas na formatação dos currículos bem como no que diz respeito à ação docente Bastos (2010) também estabelece uma série de questionamentos críticos, apontando que o currículo universitário está mais comprometido com questões mercadológicas do que com espaço acadêmico formador de profissionais, mais precisamente, no que diz respeito aos cursos de línguas, e sobretudo, na formação do futuro docente.

Diante deste questionamento, Bastos (2010) pontua, a importância das políticas linguísticas no âmbito universitário, através de diretrizes curriculares flexíveis, conferindo espaço ao que ela denomina como 'desengessamento dos currículos'. No entanto, temos que os processos de interpretação e apropriação dessas mudanças ainda apresenta resistência, pois, temos, de acordo com Paiva (2004) a predominância de currículos que não privilegiam avanços em torno de um dado conteúdo ou que então contemplam atividades que não estão relacionadas nos currículos, provocando, portanto, um desencontro nas ações. Observamos que Kleiman (2008) indica o mesmo problema, ao afirmar que a dificuldade de implantação de um programa curricular está no conflito da aplicação de tais currículos na prática, pois estes são rígidos e segmentados de conteúdos, organizados sequencialmente do mais fácil ao mais difícil (KLEIMAN, 2008, p.9). Certamente existe um distanciamento entre as políticas declaradas elaboradas em torno do ensino e aqueles que a praticam, no caso, os professores, conforme afirma Bastos (2010),



Infelizmente, ao tratar das discussões sobre a organização curricular de seus cursos, os colegiados não têm dado importância, nem pautado discussões sobre estratégias de planejamento do processo ensino/aprendizagem com seus docentes (BASTOS, 2010, p.10)

No que diz respeito ao agir docente, temos, de acordo com Throop (2007) que os professores são destinatários não passivos de Políticas Linguísticas. Estão envolvidos inclusive, nos atos de planejamento destas políticas. Nesse sentido, o docente pode re (criar) estas políticas para tornar a sala de aula um espaço equitativo para o estudante. Em contrapartida, o planejamento das Políticas Linguísticas pode ajudar na formação de professores que por sua vez podem expandir estas competências junto aos alunos em sala de aula.

A complexidade dessa agentividade está no contexto de realização destas práticas, que de acordo com Kleiman (2008) o docente enfrenta dificuldades em determinar quais práticas são significativas para o espaço educacional e por sua vez para a comunidade.

Diante desse paradoxo em torno da ação docente, ora intrincados junto aos currículos engessados, ora como agentes inovadores que rompem com estas mesmas práticas, inovando na criação de novas práticas curriculares, temos, conforme a afirmação de Shohamy (2006) que o docente precisa assumir uma constante agentividade, pois, são eles os mais importantes atores que podem desencadear mudanças. Ainda de acordo com a autora,

Os professores precisam de tornar-se parceiros ativos na elaboração de políticas de linguísticas e não apenas aqueles que executam as ordens políticas e servis do sistema. No entanto, geralmente não estão envolvidos nas decisões sobre a política linguística e as línguas particulares que ensinam. Eles também muitas vezes não são conscientes de como as línguas que ensinam são incorporadas em uma variedade de agendas de questões políticas e ideológicas. (SHOHAMY, 2006, p. 160)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Tradução própria.

Do mesmo modo que observamos a importância das Políticas Linguísticas para os currículos, os programas de formação de professores tendem a não incluir a Política Linguística como parte da preparação de professores. De acordo com Shohamy (2006) estas políticas ainda não se tornaram parte integral da preparação profissional dos docentes. No entanto, a autora aponta que estes docentes devem enxergar em seus respectivos papéis a consciência de que podem ajudar na composição de novas práticas de ensino. Para isso, é fundamental ter uma participação na criação de políticas voltadas para a educação. Sendo assim, a criação de disciplinas de Política Linguística nos currículos dos cursos superiores formadores de docentes (no caso, licenciatura em letras – língua portuguesa) constitui em importante passo na constituição do professor como agente na implementação de uma dada Política Linguística (MEKEN, GARCÍA, 2010 *apud* SOUSA, 2014).

## **METODOLOGIA**

A metodologia usada no presente artigo compreende os seguintes aspectos fundamentais: a fundamentação teórica em que se baseou a pesquisa, o método de investigação adotado, o ambiente em que pretendemos realizar o estudo, bem como os instrumentos de coleta e análise de dados que pretendemos adotar. Neste artigo, destacamos o referencial teórico usado com o objetivo de contribuir para a discussão de questões relacionadas ao campo da PPL e a formação docente. Dessa forma, os demais aspectos estão sumariados a seguir.

A pesquisa se enquadra como qualitativa e dentro de um paradigma interpretativista. Essa formatação de pesquisa está alinhada à perspectiva do trabalho etnográfico, considerando o âmbito da sala de aula ou as práticas de um conjunto de pessoas envolvidas em um processo de formação docente, conforme Bortoni-Ricardo (2008) “faz uso de métodos desenvolvidos na tradição etnográfica, como a observação, especialmente para a geração e análise dos dados” (BORTONI-RICARDO, 2008, p.38).

Neste sentido, a partir da análise da inserção da disciplina de PPL no processo de formação docente, buscaremos entender a importância deste componente e seus efeitos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, também se faz necessário possíveis instrumentos tais como, entrevistas, questionários, coleta de material documental, gravações em áudio e/ou vídeo, diário de pesquisa, de modo que este levantamento possa contribuir para as reflexões necessárias mediante o contexto proposto na investigação. A análise que pretendemos desenvolver conta com a utilização de instrumentos que possam refletir as perspectivas do contexto de formação dos docentes, logo, será primordial um instrumental que auxilie para esta finalidade.

Ainda não temos uma definição do número de participantes da pesquisa, que posteriormente será relacionado, mas, o local em que a pesquisa será desenvolvida está praticamente definido: A Universidade de Brasília (UnB), pois, nesta instituição temos o primeiro curso de licenciatura em letras que inseriu como componente curricular uma disciplina de política e planejamento linguístico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, estamos na fase de delineamento da pesquisa, o que corrobora da necessidade de um refinamento acerca de todas as iniciativas mencionadas até então. Acreditamos que os questionamentos, hipóteses e objetivos levantados são passíveis de análise, dado que todos estão em consonância com a proposta de pesquisa que pretendemos desenvolver.

Conforme a revisão de literatura bem como a fundamentação teórica assinalada neste artigo, justificamos a defesa da necessidade da inserção do componente curricular de Política e Planejamento Linguístico na formação inicial do licenciando em letras, sobretudo, para que esses alunos que serão também professores possam estar munidos das exigências às quais têm de atender. Correa (2009) já apontava para a necessidade de observar o funcionamento de tais políticas, tomando como importante para o docente a

percepção acerca da “configuração dos ambientes linguísticos” (CORREA, 2009). É através desse viés que este estudo será desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Carmen Célia B. Correia. Ação docente e a formação crítico-humanista na universidade. **Aprendizagem e ação docente**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.
- CORREA, Djane Antonucci. Política linguística e ensino de língua. **Calidoscópico** Vol. 7, n. 1, p. 72-78, jan/abr 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4856/2114>>. Acesso em 07 Dez. 2015.
- HORNBERGER, N., & RICENTO, T. Unpeeling the onion: Language planning and policy and the ELT professional. **TESOL Quarterly**, 30(3), 1996, 401-428.
- HORNBERGER, N. Frameworks and models in language policy and planning. In T. RICENTO (Ed.), **An introduction to language policy: Theory and method** (p. 24-41). New York: Blackwell Publishing, 2006.
- KLEIMAN, Angela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2008.
- MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes, ROCA, Maria del Pilar. **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MENKEN, K.; GARCÍA, O. Stirring the onion: educators and the dynamics of language education policies (looking ahead). In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Negotiating language policies in schools**. New York: Routledge, 2010. p. 249-261.
- MOITA LOPES. Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística a linguística aplicada interdisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes, ROCA, Maria del Pilar. **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009. 11-23p.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Avaliação dos cursos de Letras e a formação do professor. **Revista do GELNE**. João Pessoa. Vol. 5, n. 1 e 2. p. 193-200, 2004.
- ROCHA, Cláudia Hilsdorf (Org). **Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente**: desafios em tempos de globalização e internacionalização. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- SANTOS, Marcos Paulo de Oliveira. Pouca ou nenhuma discussão sobre currículos, planejamento, avaliação e trabalho interdisciplinar. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro (Orgs). **Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- SILVA, Kléber Aparecido (Org.). **A Formação de Professores de Línguas**: políticas, projetos e parcerias. São Paulo: Pontes Editores, 2015.
- SHOHAMY, Elana. **Language policy**: hidden agendas and new approaches. London: Routledge, 2006.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. **Política linguística no Brasil**: as práticas de pesquisa, as práticas de ensino e a agência dos professores. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014.

SPOLSKY, Bernard. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, Bernard. **The Cambridge handbook of language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.